

Plano de Geração de Trabalho e Renda em prisões será lançado em 10/11

07/11/2020

Com a assinatura de dois termos de cooperação na próxima terça-feira (10/11), o Conselho Nacional de Justiça dá início à construção de um Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda em prisões, uma das prioridades da gestão do ministro Luiz Fux. Os acordos serão assinados pelo presidente do CNJ no início da sessão ordinária, às 14h, com o procurador-geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, e com o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Glademir Aroldi.

Reprodução



Reprodução Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda em prisões será lançado em 10/11

A iniciativa busca operacionalizar a Política Nacional de Trabalho (PNAT) para pessoas presas ou egressas, instituída pelo Decreto 9.450/2018. Atualmente, menos de 20% das pessoas privadas de liberdade no Brasil têm acesso a atividades de renda e qualificação profissional, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional.

“Já não é possível abordar a execução penal sem respostas coletivas. A partir do diálogo e da colaboração, o CNJ espera enfrentar as causas desse desarranjo com foco no médio e longo prazo”, avalia o secretário-geral do CNJ, Valter Shuenquener.

O acordo com o Ministério Público do Trabalho foca em projetos de empregabilidade e fiscalização de contratos firmados pelo Judiciário (Resolução CNJ 307/2019) e pelo Executivo (Decreto 9.450/2018), assim como em inspeções para avaliar as condições de trabalho e saúde.

“O acesso ao trabalho sustentável por parte das pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema é essencial em qualquer política de segurança pública. Assim, garante não só a geração de emprego e renda, mas uma ressocialização que reverbera e melhora a segurança de todos os cidadãos brasileiros”, explica o procurador-geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro.

Já o acordo com a CNM prevê estratégias de fomento à contratação por prefeituras e de incentivo à criação dos Fundos Municipais de Serviços Penais, que podem facilitar Centrais Integradas de Alternativas Penais, Escritórios Sociais e ações de empregabilidade. Ainda estão previstas formações e assistência técnica para gestores e documentos de referência e orientação.

“Sabemos dos desafios que existem para geração de emprego e renda às pessoas que estão ou estiveram no sistema prisional, e acreditamos que esses desafios só serão superados por meio da ação integrada dos diversos setores da sociedade”, destaca o presidente da CNM, Glademir Aroldi.

A implantação do Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda para pessoas que passaram pelo sistema prisional será impulsionada pelo programa Fazendo Justiça, iniciativa do CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil) na busca de soluções para problemas estruturais da privação de liberdade no Brasil. O



programa conta com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2020-nov-07/plano-geracao-trabalho-renda-prisoas-lancado-1011/>